RAPOSA SERRA DO SOL – resultado do STF dirá se a nação continuará avançando no respeito às diferentes culturas

Página 3

PORANTIM

ISSN 0102-0625

Em defesa da causa indígena

Ano XXX • Nº 307 • Brasília-DF • Agosto-2008

R$ 3,00

Celebração dos dez anos de luta do povo Kalankó. Foto: Jorge Vieira/Cimi NE

POVO KALANKÓ

Atividades relembram a resistência e marcam os dez anos de luta dos Kalankó por seus territórios tradicionais

Páginas 8 e 9

TERRAS INDÍGENAS

Famílias Guarani sofrem repressão da PM do Rio Grande do Sul durante despejo

Páginas 10 e 11

Criminalizar para dominar

Muitos dos movimentos sociais existentes hoje no Brasil têm suas origens nas lutas contra a ditadura militar. Nasceram a partir de grupos de base que se reuniam em comunidades rurais e urbanas, discutiam suas condições de vida e buscavam alternativas. A construção dessas alternativas passava pela organização dos trabalhadores, pela mobilização social e por processos de formação política que capacitavam lideranças e bases para discutir seus problemas, compreender suas várias dimensões e elaborar propostas em termos de políticas públicas.

Tais movimentos cresceram, enraizaram-se na sociedade brasileira, tiveram um protagonismo crescente na superação da ditadura militar e uma participação intensa nos trabalhos do Congresso Constituinte, nos anos 1987-1988. A Constituição Federal de 1988 deve muito do seu caráter democrático a essa participação dos diversos segmentos organizados da sociedade civil no debate político e na elaboração do próprio texto constitucional. A aprovação da "Constituição cidadã", como foi chamada, culminou todo um período de ascenso dos movimentos de massa no nosso país.

Depois do ciclo militar, tivemos um breve período de transição democrática e, com a eleição de Fernando Collor de Mello, o início da implantação do neoliberalismo no Brasil. As aventuras de corrupção explícita da "República das Alagoas", num contexto de disposição ao protagonismo político por parte das massas populares, constituíram um processo político que desembocou na destituição do presidente da República e na conseqüente paralisação das reformas neoliberais.

O neoliberalismo foi retomado com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994. Os oito anos de governo FHC (1995-2002) significaram a construção de uma agressiva hegemonia do capital financeiro, sobre toda a sociedade e o Estado brasileiro, incluindo aí os três poderes da República. Significaram também o aprofundamento da exclusão social, da desconstituição de direitos sociais, do agravamento do desemprego, do abandono de políticas públicas, conformando um quadro de atomização com a conseqüente desmobilização dos movimentos sociais. O neoliberalismo buscava construir, na prática, a sociedade que lhe interessava, feita de indivíduos em estado de extrema competição.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, reergueu esperanças de uma volta à era da participação popular massiva, tendo em vista que o próprio presidente era um resultado político daquele período de auge dos movimentos sociais no país. No entanto, o governo Lula não se constituiu com base na participação ativa dos movimentos organizados da sociedade, pelo contrário, se constituiu na própria desmobilização social, com os programas de assistência aos mais pobres que não estimulam a participação política.

Ao mesmo tempo, durante todo este último período (2003-2008) presenciamos a continuidade da hegemonia neoliberal e a infiltração do capital financeiro em todas as instâncias do Estado brasileiro. Neste segundo mandato do governo Lula, observamos também uma retomada dos movimentos sociais do campo e da cidade, que buscam sua reorganização nas bases, construção de processos unitários de luta, debate de políticas públicas específicas e a disputa de projetos para o país com os setores neoliberais hegemônicos.

Na medida em que crescem em organização, mobilização, capacidade crítica e ousadia prática, os movimentos sociais hoje recebem a resposta dura do capital financeiro, já bastante enraizado no seu controle dos instrumentos de Estado. Esta resposta é a criminalização dos movimentos sociais, num movimento político sintônico em diversas esferas dos poderes judiciário, legislativo e executivo, com a cumplicidade ativa dos meios de comunicação.

Não é outra a origem de iniciativas como as do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que considera o MST e a Via Campesina como "quadrilhas", cujos integrantes deveriam ter seus direitos políticos cassados; as inúmeras sentenças judiciais impondo multas a movimentos sociais por suas legítimas manifestações públicas de protesto frente aos abusos do poder econômico ou as ações do governo estadual, de políticos e militares de Roraima, que consideram os povos indígenas de Raposa Serra do Sol como "ameaça à soberania nacional".

Todas essas reações do "poder de Estado", legitimadas pela manipulação do imaginário social pela grande mídia, têm uma só razão de ser: anular a ascensão das lutas sociais que vem sendo retomada, para eternizar a tutela do capital financeiro sobre a vida econômica, social e política do povo brasileiro.

Paulo Maldos
Assessor Político do Cimi

MARIOSAN

Porantinadas

Agronegócio na disputa

Um levantamento feito pela Folha de São Paulo apontou que nos 36 municípios que mais desmatam a Amazônia cerca de 35% dos candidatos a prefeito são ligados ao agronegócio. No grupo constam 41 candidatos dos setores responsáveis pelos maiores impactos ambientais: 19 pecuaristas, 11 agricultores e 11 madeireiros. Os municípios estão localizados em Mato Grosso (19), Pará (12), Rondônia (4) e Amazonas (1). Resta saber o que se pode esperar das gestões, caso estes candidatos sejam eleitos.

Os vilões da vez

Dados divulgados pelo IBGE mostram que a soja e o milho juntos dominaram 82,4% da safra de grãos de 2007. De acordo com o levantamento, a produção concentrada em produtos para exportação somente beneficiou o agronegócio, que teve seu PIB elevado em 3,8% no período. Enquanto os empresários do agronegócio comemoram, a população só lamenta as conseqüências dessa política como o encarecimento da comida no mercado interno. O preço do feijão-preto, por exemplo, subiu 147,4%. Entre os motivos, está a redução na área plantada de grãos, que diminuiu em 1,5%, e o uso do milho e da soja para biocombustível, o que elevou o preço dos grãos no mercado internacional. Esse nosso presidente está nos saindo um belo Robin Hood, às avessas!

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA
ISSN 0102-0625
Edição fechada em 01/08/2008
Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Clarissa Tavares
EDITORA - RP 01580JP/CE

Marcy Picanço
EDITORA - RP: 4604/02 SP

CONSELHO DE REDAÇÃO
Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon D. Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica: Licurgo S. Botelho (61) 3349-5274
Revisão: Leda Bosi
Impressão: Gráfica Teixeira (61) 3336-4040
Administração: Dadir de Jesus Costa
Página 16: Fotos/Arquivo Cimi com seleção de Aida Cruz

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF
Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679
CEP: 70.089-970 - Brasília-DF
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920, Cartório do 2º Ofício de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:
Ass. anual: R$ 40,00
Ass. de apoio: R$ 60,00
América latina: US$ 40,00
Outros Países: US$ 60,00

APOIADORES
caritas
UNIÃO EUROPÉIA
Oka Austria
HORIZONT 3000

Permitimos a reprodução de nossas matérias e artigos, desde que citada a fonte. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

Povos indígenas, história e democracia

Paulo Maldos
Assessor político do Cimi

Foto: CIR

Povos indígenas de Raposa Serra do Sol: após 34 anos de luta, a demarcação de sua terra tradicional vem sendo contestada por seis fazendeiros invasores e seus aliados políticos e militares

Por mais de 400 anos, os povos indígenas no Brasil sofreram o processo colonizador como vítimas e, eventualmente, como aliados para a defesa do território nacional frente aos diferentes invasores. O domínio das terras e caminhos, das matas e rios, o conhecimento milenar da natureza tornava-os imprescindíveis à empresa colonial e, ao mesmo tempo, objeto de desrespeito, exploração e questionamento da própria humanidade.

Essa relação contraditória caracterizou a fase inicial de nossa história, perpassando o Império e boa parte da República. A inspeção das fronteiras nacionais até os anos 1930 e a instalação de linhas telegráficas no oeste brasileiro, realizada pelo marechal Cândido Rondon, teria sido impossível sem a contribuição dos povos indígenas e a relação digna estabelecida pelo militar com estes, o que viabilizou a consolidação do território nacional.

O processo econômico de ocupação territorial, no entanto, sempre foi impiedoso e, enquanto ocupava terras no seu caminho, subjugava povos, identidades, culturas e modos de existência. A ocupação do litoral e Sul do país pelos imigrantes europeus foi realizada com o sacrifício de inúmeros povos milenares, e da mesma maneira ocorreu a expansão das fronteiras econômicas no rumo do Oeste, Norte e Centro-Oeste. A tensão e a contradição, portanto, sempre ocorreram, e em todas as frentes de expansão, alternando-se guerras com colaboração; insurreições com "doações de terras" pelo Império aos índios; enfrentamentos com demarcações; subjugação cultural com intensas trocas culturais.

Na esteira de quase cinco séculos da construção nacional, centenas de povos desapareceram, milhões de indígenas morreram e avançamos no século XX com uma visão precária e contraditória do que havia restado das populações originais desta terra, numa mistura de fascínio, ignorância e desprezo. A intelectualidade e os artistas fizeram o reconhecimento e o elogio das nossas raízes indígenas na Semana de Arte Moderna de 1922, mas essa visão de vanguarda não chegou a referenciar as condutas das frentes de expansão, que mantiveram o padrão colonial de dominação e expropriação.

O período desenvolvimentista dos anos 50 produziu as estratégias - como a criação do Parque Nacional do Xingu - de remoção e reassentamento territorial de diferentes povos, para protegê-los na mesma medida em que se lhes subtraía o território e se lhes confinava nas sobras da expansão econômica e nos corredores entre as novas estradas que rumavam para o interior.

A ditadura militar acelerou o processo de espoliação dos povos indígenas, expondo brutalmente suas frágeis existências ao ciclo voraz do capital, incentivando a ocupação desordenada da região amazônica e disseminando doenças, morte e miséria nas aldeias indígenas. A ditadura quebra a relação contraditória vigente desde a colônia entre o Estado nacional e os povos indígenas para anunciar com radicalidade o etnocídio como "o preço a pagar pelo progresso". Buscava-se a integração dos povos indígenas sobreviventes à sociedade nacional como a vitória final de um Brasil branco e homogêneo.

Como toda a sociedade nacional, também os povos indígenas se mobilizaram durante o último período da ditadura: assembléias, denúncias, ações coletivas passaram a ocorrer com intensidade crescente, reivindicando terras, afirmando culturas, cobrando respeito. "Brasil, Nunca Mais" deixava de ser uma aspiração restrita aos grupos que lutavam pela Anistia, para ser abraçada por todos os setores sociais, inclusive os povos indígenas.

O Congresso Constituinte (1987-1988) foi o espaço pós-ditadura no qual o conjunto da sociedade brasileira se encontrou para construir um novo pacto político e social. Ali foi transformada radicalmente a orientação do Estado com relação aos povos originários: de uma perspectiva integracionista, que pressupõe a superioridade da sociedade nacional frente às sociedades indígenas, passamos a uma perspectiva de respeito à alteridade, que pressupõe a igualdade de direitos entre os diferentes modos de existência no interior do Estado-nação.

A Constituição de 1988 afirma no artigo 231: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Ao longo dos últimos 20 anos, a sociedade brasileira vem buscando cumprir, embora de maneira muito lenta, esse novo mandato constitucional: várias terras indígenas foram demarcadas em todas as regiões do país; políticas públicas diferenciadas em saúde e educação vêm sendo experimentadas; um novo Estatuto dos Povos Indígenas foi proposto ao Congresso Nacional; a Comissão Nacional de Política Indigenista foi criada pelo atual governo; vem sendo exigida proteção para os povos indígenas ainda não contatados (cerca de 70) na Região Amazônica. Há muitíssimo por fazer, mas o que foi feito, o foi dentro dos novos marcos constitucionais.

Por parte dos 235 povos indígenas também muitas mudanças ocorreram, alicerçadas nesses mesmos marcos: comunidades indígenas participaram ativamente na demarcação de suas terras; povos que estavam morrendo voltaram a crescer; o conhecimento tradicional da flora, da fauna, das maneiras próprias de compreender saúde e educação, tem sido valorizado e aplicado; povos, principalmente do Nordeste, que exerciam suas culturas clandestinamente, voltaram a se expor por inteiro e com orgulho, retomando memórias e territórios ancestrais; comunidades indígenas urbanas se revelam em todo o país, reafirmando valores e culturas, em permanente intercâmbio com as aldeias e com a sociedade nacional. Avalia-se que o total da população indígena hoje pode chegar a um milhão de pessoas, numa taxa de crescimento superior à média nacional.

Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá julgar a ação que questiona a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, feita pelo governo Fernando Henrique e homologada e registrada pelo governo Lula.

Fruto de 34 anos de luta dos povos indígenas e da solidariedade de movimentos sociais e entidades civis, a demarcação vem sendo contestada por seis fazendeiros invasores e seus aliados políticos e militares.

Julgamento emblemático, seu resultado dirá se nós, como nação, iremos continuar avançando na construção democrática de um futuro diverso e plural, baseado no respeito às diferentes culturas e formas de existência, expressas no rico patrimônio dos povos indígenas, ou se iremos regredir e voltar à perspectiva colonial e, pior ainda, da ditadura militar, com seu horizonte fechado à diversidade, marcado pelo preconceito. No limite, apontando novamente para o etnocídio, em pleno século XXI. ■

A caótica situação da saúde entre os povos indígenas

Fotos: Equipe Itinerante/Cimi

Roberto Liebgott
Vice-presidente do Cimi

Em 1993 ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, quando organizações indígenas e indigenistas debateram as propostas de criação de um sistema de saúde específico e diferenciado para as populações indígenas. Das resoluções da conferência se originou a Lei Arouca (Lei 9836/99), que cria o Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas tendo por base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Pela lei, o subsistema deve considerar a realidade local e as especificidades da cultura de cada povo, assegurar as obrigações da União e definir que estados, municípios e outras instituições governamentais ou não-governamentais (ONGs) poderão atuar complementarmente no custeio e execução das ações, cabendo à União financiar o subsistema e ao SUS promover a articulação com os órgãos responsáveis pela política indígena.

Nos 10 anos que se seguiram, os objetivos da lei foram deturpados, adaptando-se aos interesses governamentais. Os DSEIs foram criados em 1999 sem a devida atenção aos critérios sócio-culturais e étnicos que deveriam ser resguardados. Impôs-se, sem discussão com os povos indígenas, a criação de 34 distritos, que passaram, na sua maioria, a ser administrados por ONGs, dentre elas também organizações indígenas, ou ainda por prefeituras. Poucas organizações estavam equipadas técnica e administrativamente para a nova função.

A regulamentação do subsistema deveria ser efetuada pelo Poder Executivo, no entanto, apesar dos distritos, esta política até hoje não se estruturou na forma de um subsistema com autonomia, recursos orçamentários próprios, capacidade de gestão e exercício pleno do controle social pelos usuários. O que se tem feito é criar mecanismos que deturpam a Lei Arouca, possibilitando a terceirização e a municipalização.

Exemplo disso é a edição do Decreto 3156/99, que define as competências da Funasa para executar ações de atenção à saúde indígena e da Portaria 2656/2007, que visa a criação de mecanismos de controle relativos ao repasse de recursos públicos para estados e municípios que prestam serviços em saúde às populações indígenas. A portaria criou confusão quanto às atribuições federais, estaduais e municipais e abriu precedente para uma possível municipalização da saúde indígena, contrariando determinações das conferências nacionais anteriormente realizadas.

Estes ajustes servem quase que exclusivamente para atender interesses políticos regionais e municipais. Em função disso, se presencia em todo o país o caos na prestação de serviços e atenção continuada às comunidades indígenas. Na terra indígena do Vale do Javari, no Amazonas, "a taxa de mortalidade infantil na reserva, no ano passado, foi de 123,07 óbitos de menores de um ano para cada mil bebês nascidos vivos, índice cinco vezes maior do que a média nacional entre não-índios (22,6 em 2006) e duas vezes e meia acima da média indígena (48,5)". (Agência Globo, 24/05/2008). O último relatório do Cimi sobre violências contra os povos indígenas traz ocorrências em várias regiões do país, de desassistência à saúde indígena, morte por desassistência, mortalidade infantil e desnutrição.

Nos últimos meses os povos indígenas têm manifestado seu descontentamento com a negligência da Funasa ao estabelecimento do diálogo sobre a política de saúde. Os povos indígenas elaboram documentos relatando as dificuldades que enfrentam; denunciam que o governo federal lava as mãos diante dos problemas e delega para terceiros (como representantes de entidades e de prefeituras) o diálogo com as comunidades e, como manifestação de repúdio a esta situação, têm ocupado sedes da Funasa em diversas regiões.

No Vale do Javari, Amazonas, a taxa de mortalidade infantil em 2007 foi de 123,07 óbitos de menores de um ano para cada mil bebês nascidos vivos, índice cinco vezes maior do que a média nacional entre não-índios e duas vezes e meia acima da média indígena

Quem é responsável?

O contexto atual exige que se apontem as responsabilidades e se mostrem os efeitos da deturpação do modelo de atenção à saúde dos povos indígenas, impondo-se uma política concebida na ilegalidade e na provisoriedade. De quem é a culpa pelo mau gerenciamento dos recursos financeiros e humanos no âmbito dos distritos de saúde? De quem é a responsabilidade pelos alarmantes índices de mortalidade e pelo alastramento de doenças que se imaginava controladas?

Podemos afirmar que a responsabilidade é do governo federal, em especial do Ministério da Justiça e seu subordinado órgão indigenista, a Funai, instâncias que deveriam assegurar a demarcação e garantia das terras indígenas. Isso porque não há como assegurar a saúde indígena sem a garantia de espaços de vida adequados a estas populações, espaços nos quais possam construir seus projetos de vida ancorados em seus sistemas simbólicos.

Não há como assegurar plenamente o direito à saúde indígena, sem considerar as práticas próprias de manutenção da vida e de prevenção de doenças que devem nortear a política de atenção à saúde indígena. Mas estas práticas só podem ter como espaço de realização as terras indígenas – demarcadas, fiscalizadas e respeitadas pelo poder público.

Podemos afirmar também que a responsabilidade pelo gravíssimo quadro de saúde indígena é do Ministério da Saúde e de sua subordinada, a Funasa. Isso porque o modo de organização da política de atenção à saúde indígena comprometeu seriamente as diretrizes das conferências nacionais de saúde indígena, especialmente porque não se regulamentou o subsistema específico e diferenciado e se instituiu a terceirização dos serviços e o incentivo à municipalização.

Resultado disso é o aprisionamento dos distritos em estruturas burocráticas que impedem a autonomia na definição das ações estratégicas. Sobre a Funasa, seus recursos são mal administrados e quando destinados à prestação de serviços em saúde percorrem os caminhos da inoperância, da má administração e gestão, dos entraves burocráticos e da ausência de controle social dos povos indígenas.

Cabe ao governo federal proporcionar um processo de avaliação das ações desenvolvidas, envolvendo os distritos e favorecendo a participação das comunidades indígenas. Cabe a ele também reformular a sua política de saúde indígena para atender as determinações constitucionais e as estabelecidas pela lei Arouca, constituindo uma política que atenda efetivamente a estas demandas, desenvolvendo ações de prevenção e proteção duradouras e eficazes. ■

Desassistência causa a morte de nove indígenas do povo Pirahã

Foto: Ana Lanje/Arquivo Cimi

Oito crianças e um adulto do povo Pirahã morreram este ano vitimados pela malária

J. Rosha
Cimi Norte I

Pelo menos oito crianças e um adulto do povo Pirahã, no Amazonas, morreram no período de janeiro a junho deste ano vitimados, provavelmente, pela malária. A falta de assistência à saúde das comunidades localizadas ao longo dos rios Maici e Ipixuna, no município de Humaitá – a 450 quilômetros de Manaus – tem sido apontada pelos indígenas como a causa dos óbitos. A Prefeitura Municipal de Manicoré é responsável pelo atendimento àquelas aldeias.

"Ninguém sabe se a equipe não vai para a área por falta de recursos ou se esses recursos são desviados", indaga o indígena Júnior Tenharim. "A equipe não vai na área há muito tempo e, quando eles vão, fazem um trabalho relâmpago: entram em um dia e saem no outro", reclama ele acrescentando que "sem a presença de profissionais de saúde, outras mortes poderão acontecer".

Os conselheiros do Conselho Distrital de Saúde Indígena encaminharam documento à coordenação regional da Funasa relatando que foram diagnosticados casos de malária, tuberculose, hanseníase, diarréias, desnutrição e outras doenças. Segundo eles, 14 indígenas morreram naquela região, somando os nove Pirahã e cinco de outros povos indígenas da localidade.

O coordenador regional da Funasa, Narciso Cardoso Barbosa, afirmou que tem conhecimento de que a região é endêmica de malária. "A Funasa está buscando estratégias para atuar de forma cooperada com a Superintendência Estadual de Saúde, a Fundação de Vigilância em Saúde e a prefeitura de Manicoré. A Funasa sozinha encontra dificuldades para atuar", disse ele, acrescentando que o atendimento é precário devido à "dificuldade de acesso às aldeias".

Os Pirahã que vivem nesta região são indígenas de pouco contato, que somam 230 pessoas. As mortes ao longo deste ano afetaram quase 4% da população. ■

Fotos: Cimi MA

Os Krenyê assumem sua identidade e reivindicam suas terras

Comunidade vive espalhada em cidades do Maranhão e aldeias de outros povos

Os Krenyê são formados por 150 pessoas que querem valorizar suas tradições, a língua e voltar para a terra de onde foram expulsos na década de 40

Geraldo Abdias – *Cimi MA/Equipe Grajaú*
Marcy Picanço – *Repórter do Cimi*

Cerca de 150 pessoas que até alguns anos atrás eram conhecidos como Timbira ou como não indígenas estão se organizando para mostrar a todos que eles, na verdade, são do povo Krenyê. Eles querem valorizar suas tradições, preservar a língua e voltar para a terra de onde foram expulsos na década de 40, próximo a Bacabal, no Maranhão.

Atualmente, os Krenyê vivem espalhados pelo estado. Parte do grupo está na terra Pindaré, do povo Guajajara, e outros estão na terra Rodeador – uma terra dominial dos Krikati e dos Gavião. Alguns Krenyê vivem em cidades do Maranhão, principalmente em Santa Inês.

Desde 2003, Aldemar Timbira e outras lideranças iniciaram a organização da vida coletiva dos Krenyê que vivem na terra Rodeador, reunidos na aldeia Pedra Branca. "Muitos de nosso povo viviam na favela, então começamos a nos reunir e a voltar para a aldeia, mas queremos viver na nossa terra", afirma Aldemar. Eles também estão revitalizando suas tradições e a língua, que ainda é falada por cinco pessoas.

A história dos Krenyê se parece com a de diversos povos indígenas do país. É marcada por muita luta e resistência. Eles tiveram de passar por vários lugares, depois que foram obrigados a sair de sua terra tradicional. Os deslocamentos, provavelmente, começaram na segunda metade do século passado, pois um dos mais velhos do povo, seu Chico, de 70 anos, fala do inspetor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Doutor Xerez, que comandava a 3ª Inspetoria do Maranhão entre as décadas de 1940 e 1960.

Segundo seu Chico Krenyê, seus pais tiveram que deixar a aldeia quando ele ainda era criança. "Nosso pai foi a São Luis falar com Doutor Xerez do SPI devido confusão com os brancos, mas Doutor Xerez perguntou: pra onde vocês querem ir? Tem a terra Governador e Pindaré, nosso pai decidiu ir para Pindaré, morreu lá", afirma seu Chico.

No início da década de 90, os Krenyê foram morar na terra Governador, mas após um conflito com os Gavião decidiram sair e mudaram para a terra indígena Rodeador. Após três anos nesta terra, saíram e foram morar no bairro Piquizinho, na periferia de Barra do Corda. Agora, retornaram para Rodeador para lutarem por sua terra tradicional.

Eles já solicitaram à Funai a criação de um Grupo Técnico para identificação da terra, mas ainda não receberam resposta. "Diziam que os Krenyê não existiam mais. Então somos o quê? Alma?", questiona Aldemar.

Eles também reivindicam uma escola, pois acreditam que ela seria muito importante nesta tarefa de reorganização e revitalização cultural e lingüística de seu povo.

Krepumkateyê

Além dos Krenyê, outro grupo que era considerado Timbira também está reivindicando ser reconhecido como eles se autodenominam: como Krepumkateyê. Este povo vive na terra indígena Geralda Toco-Preto. ■

A afirmação dos direitos indígenas na Constituinte

Para se chegar ao texto constitucional vigente foi necessária uma ampla articulação entre forças políticas progressistas e povos indígenas, que conseguiu derrotar as propostas dos conservadores

Foto: Egon Heck

Índios Kayapó invadiram o Congresso durante a Assembléia Constituinte, em 1987-88, para garantir que seus direitos fossem contemplados na Carta constitucional

Paulo Machado Guimarães
Advogado e Assessor Jurídico do Cimi

Os trabalhos constituintes favoreceram a mobilização dos interesses sociais, na medida em que os constituintes se dividiram em comissões temáticas e estas em subcomissões, por intermédio das quais se iniciaram as discussões, com a apresentação de sugestões dos constituintes, de cidadãos e cidadãs e de associações civis, sindicais, estudantis, comunitárias e religiosas.

As questões relativas aos povos indígenas foram inicialmente discutidas na "Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias", integrante da Comissão da Ordem Social.

Nesta Subcomissão foram recebidas sugestões para o tratamento da questão indígena, elaboradas por entidades de apoio à causa indígena, estudiosos do tema e lideranças indígenas. Realizaram-se 22 audiências públicas, onde lideranças indígenas, indigenistas e religiosos, como Dom Erwin Kräutler, então presidente do Cimi, puderam abordar variados aspectos da realidade dos povos indígenas no Brasil, como seus direitos, atenção à saúde e à educação, demarcação e proteção às terras que ocupam e cultura. Na Subcomissão das Nacionalidades, tive a honra de representar o Cimi na análise do sempre atual tema dos "Direitos Indígenas à Autodeterminação", em 5 de maio de 1987.

Já nessa ocasião, a mobilização dos povos indígenas e das entidades de apoio conseguiu sensibilizar os membros desta Subcomissão, presidida pelo deputado Ivo Lech, do Rio Grande do Sul. Além do senador Severo Gomes, a atuação do deputado José Carlos Sabóia, antropólogo do Maranhão, foi relevante para a intermediação dos interesses indígenas entre os parlamentares.

Aprovado o texto da Subcomissão, a matéria passou à apreciação da Comissão, cujo relator foi o então senador Almir Gabriel, do Pará. Ele defendeu e conseguiu aprovar o reconhecimento dos índios como nações, utilizando, no curso dos debates na Comissão, até o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, para agregar argumentos no sentido de demonstrar que os índios conformam-se como nações, no âmbito da organização do Estado brasileiro.

Prevaleceu, no acalorado debate que se desenvolveu, que esta condição não afeta em nada a soberania do Estado sobre o seu território. Foi compreendido naquele momento, que o reconhecimento da existência de nações indígenas no Estado brasileiro seria expressão avançada do instituto da autonomia das nações indígenas no âmbito da organização do Estado Brasileiro.

Campanha atiindígena do Estadão

Inconformados com os rumos que os trabalhos constituintes estavam tomando, em especial no que se referia aos direitos indígenas, setores ligados a mineradoras e a órgãos de segurança nacional articularam com o jornal "O Estado de São Paulo" uma grave campanha contra a honra do Cimi, que foi magnífica e energicamente defendido por Dom Luciano Mendes de Almeida, então presidente da CNBB.

Durante uma semana, iniciada no domingo 9 de agosto de 1987, o jornal publicou matérias, com manchetes na capa, acusando o Cimi de liderar uma "conspiração contra o Brasil" por intermédio da defesa na Constituinte de que os minérios nos subsolos das terras indígenas seriam de usufruto exclusivo dos índios. Ocorre que esta sugestão já havia sido superada nos debates e deliberações na Subcomissão e na Comissão da Ordem Social. Mas como nestas instâncias a possibilidade de exploração mineral estava restrita à empresa pública, a reação se apresentou de forma agressiva e virulenta, o que ocasionou a instauração da única Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), durante os trabalhos da Constituinte.

Como o relator da CPMI, o então senador Ronan Tito (PMDB-MG), apresentou relatório e voto comprovando a falsidade das acusações, o presidente da Comissão, deputado Roberto Cardoso, impediu a votação do relatório apresentado e a CPMI terminou o seu prazo de funcionamento sem a votação do relatório apresentado pelo relator.

Projeto Calha Norte

É importante ainda situar os trabalhos constituintes na conjuntura da época, na qual o governo Sarney implementou a condução de sua política indigenista completamente submetida à orientação de setores militares, principalmente os articulados na Secretaria-Geral do então Conselho de Segurança Nacional. Junto com os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, elaboraram e obtiveram a aprovação do presidente da Republica, já em 1986, do "Projeto Calha Norte".

De acordo com as concepções adotadas nessa ocasião, a demarcação das terras indígenas baseava-se nos termos dos Decretos nºs 94.945 e 94.946, ambos de 23 de setembro de 1987. Este segundo decreto dispunha sobre a distinção dos índios em razão de seu "processo de aculturação". Os considerados "aculturados" teriam a terra que ocupassem demarcada como "colônia indígena", como ocorreu na região do Rio Negro. Por sua vez, os considerados "não-aculturados ou em incipiente processo de aculturação" teriam a terra que ocupassem demarcada como "área indígena", como se efetivou na terra ocupada pelos Yanomami, demarcada em "áreas indígenas".

Em quaisquer destas modalidades, as "áreas" ou as "colônias" seriam, como foram, demarcadas de forma descontínua umas das outras e cercadas por florestas nacionais. A demarcação descontínua se constituía como mecanismo que favoreceria o desenvolvimento de atividades econômicas por particulares, como, curiosamente, ainda defendem que seja implementada na terra indígena Raposa Serra do Sol.

Jogo de forças

Em efetivo movimento sincronizado, na mesma ocasião em que o governo Sarney implementava sua política de demarcação de terras indígenas na Constituinte, as forças conservadoras, por intermédio do relator da Comissão de Sistematização, o então deputado

Foto: Mila Petrillo

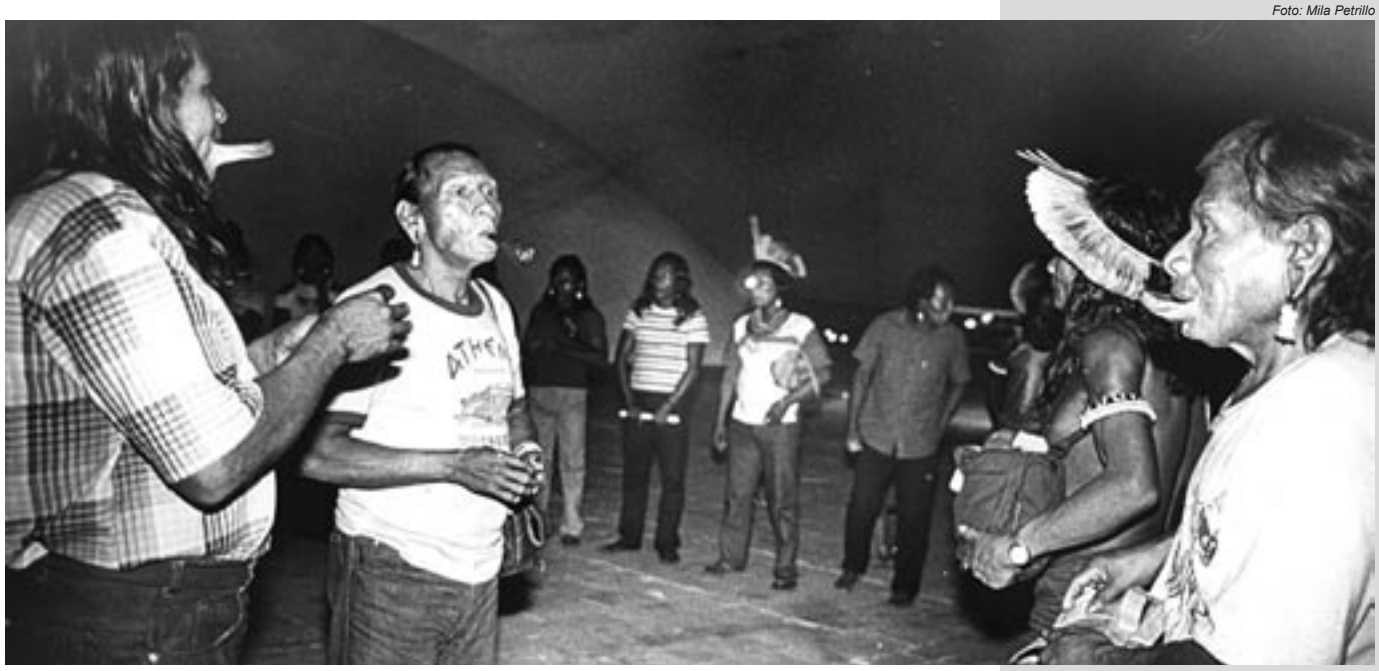


Foto: Egon Heck

Bernardo Cabral, desconsideraram completamente o acúmulo das discussões avançadas que se desenvolveram na "Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias", e, em seguida, na "Comissão da Ordem Social".

Cabral apresentou um Anteprojeto de Constituição, no qual previa a distinção entre índios aculturados e não-aculturados e propunha que as terras indígenas fossem constitucionalmente previstas como sendo as terras "de posse imemorial onde os índios se achassem permanentemente localizados". Foi o pior texto da história legislativa brasileira em relação aos índios. O propósito consistia em aprovar conteúdo normativo que permitisse uma interpretação restritiva sobre os direitos territoriais dos povos indígenas, legitimando o que os militares, no governo Sarney, já implementavam.

A Comissão de Sistematização desenvolveu seus trabalhos entre os meses de setembro e novembro de 1987. Em razão de sua composição majoritariamente progressista, muitos dos problemas provocados com a frustrante redação proposta para o texto pelo relator desta importante Comissão puderam ser superados. No entanto, em razão das normas regimentais, a Comissão de Sistematização concluiu seus trabalhos sem apreciar os últimos capítulos do anteprojeto de constituição, dentre os quais o dos índios.

Como o texto majoritariamente aprovado pela Comissão de Sistematização continha dispositivos normativos avançados e uma conformação parlamentarista de governo, as forças conservadoras e de direita na Constituinte, articulação conhecida como "centrão", movimentaram-se no mês de dezembro de 1987 e em 5 de janeiro de 1988 aprovaram uma alteração no Regimento Interno da Constituinte e previram a possibilidade da inversão total do acúmulo obtido na Comissão de Sistematização. Criaram a possibilidade de apresentação de substitutivos, que, com o apoio da maioria absoluta dos constituintes passaram a ter preferência na votação, no lugar do texto aprovado na Comissão de Sistematização.

Paradoxalmente, esta circunstância política que alterou a correlação de forças no plenário da Constituinte veio a ser a solução para os povos indígenas, na medida em que a apresentação de um substitutivo ao capítulo dos índios permitiria a superação dos problemas representados pelo texto do relator da Comissão de Sistematização.

Foto: Egon Heck

Foto: Arquivo Cimi

Foto: Egon Heck

A decisiva participação indígena

Foi neste momento crucial dos trabalhos constituintes que a iniciativa de expressivas lideranças do povo Kaiapó e Mentuktire, com o imediato apoio do Cimi, impulsionou ampla mobilização de povos e lideranças indígenas no país, que contou com o decisivo apoio dos regionais e das equipes missionárias do Cimi e de outras entidades de apoio, como a ANAÍ-BA, a CPI-SP, a ANAÍ-POA, a CCPY, o INESC e o CEDI, além da ABA, da CONAGE e do professor Dalmo de Abreu Dallari.

Como bem lembrado por Antonio Brand, então secretário do Cimi, em seu artigo na edição nº 303 do Porantim, cerca de 350 lideranças indígenas se fizeram presentes em Brasília. Acomodadas numa escola cedida pela Igreja Católica, onde atualmente se localiza as Pontifícias Obras Missionárias, elas se organizaram, se informaram e se empenharam em demonstrar para os constituintes que o texto do anteprojeto elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização precisava ser alterado para garantir a integridade física e cultural de suas comunidades.

Mas esta mobilização concentrou seus esforços no sentido de reivindicar a aprovação de uma emenda apoiada por todas as lideranças indígenas e as entidades de apoio aos povos indígenas, que foi subscrita pelo então senador Jarbas Passarinho, em consideração à articulação proposta por Dom Erwin, presidente do Cimi.

A contribuição do senador Jarbas Passarinho foi significativa, na medida em que possibilitou o desenvolvimento de negociações prévias com os militares e com setores das forças conservadoras e de direita na Constituinte. Não obstante, na reunião dos líderes parlamentares para a negociação final dos termos do capítulo dos índios, a proposta subscrita pelo senador foi objeto de intenso e ininterrupto debate por mais de cinco horas, sob fortes questionamentos do representante do "centrão".

Por sua vez, Jarbas Passarinho contou com a inédita e eficiente atuação do deputado Haroldo Lima (PC do B/BA) e do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), que se mantiveram atentos e em sintonia com as preocupações dos povos indígenas, de forma a não permitir qualquer modificação lesiva aos interesses indígenas.

A mobilização dos povos indígenas e o desenvolvimento de articulações políticas de forma ampla junto às forças políticas na Constituinte foram, sem sombra de dúvidas, determinantes para o acordo parlamentar que resultou na aprovação dos dispositivos constitucionais que dispõem sobre os direitos indígenas.

Esta experiência histórica contém, ainda, lições relevantes para o desenvolvimento dos esforços atuais na busca da afirmação dos direitos indígenas, agora na regulamentação dos direitos constitucionais, por intermédio do Estatuto dos Povos Indígenas e da criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, como na defesa judicial dos direitos indígenas, como está em curso no Supremo Tribunal Federal, com o julgamento do processo que questiona a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. ■

O senador Severo Gomes, o presidente do Cimi à época Dom Erwin e o então presidente da CNBB Dom Luciano Mendes foram aliados imprescindíveis na defesa dos direitos indígenas durante a Constituinte

Fotos: Jorge Viera

POVO KALANKÓ

Dez anos de luta pela demarcação da terra tradicional

O povo que vive em Alagoas e que há alguns anos tinha medo de assumir sua identidade étnica, hoje atua para a afirmação de seus direitos, principalmente ao território

Jorge Vieira
Cimi/NE

O povo Kalankó celebrou, nos dias 26 e 27 de julho, dez anos de luta por seu território tradicional, denominado Januária, em homenagem a uma antiga liderança do povo. O início das ações pela retomada aconteceu ao mesmo tempo em que o povo assumiu sua identidade étnica junto à sociedade envolvente. O nome Kalankó veio do costume do povo de se alimentar do calango, comum na região.

Para relembrar estes dez anos de luta aconteceram atividades comemorativas numa área retomada pelos Kalankó recentemente, no dia 12 de junho, e já batizada de comunidade Januária. O local fica a 18 quilômetros da cidade de Água Branca, no sertão de Alagoas. Cerca de 500 pessoas participaram das atividades, dentre elas representantes dos povos Geripamkó, Karuazu e Katökinn, do município de Pariconha, além dos Koiupanká, Inhapí e universitários, autoridades da região e entidades dos movimentos sociais.

Retomada recente

Cansados de esperar durante dez anos, os Kalankó decidiram retomar parte de sua terra tradicional e, desde o dia 12 de junho, eles se encontram acampados numa parte da área reivindicada pelo povo. Eles exigem da Funai a criação imediata do Grupo de Trabalho (GT) para identificação e demarcação do território tradicional e entregaram um documento com esta exigencia à administração da Funai em Maceió.

A decisão de fazer a retomada foi tomada pela comunidade em decorrência da falta de qualquer providência por parte das autoridades governamentais, ao longo de todo esse tempo. Conta o pajé Antônio Kalankó que "faz uma década que caminhamos para todo canto do Brasil cobrando dos órgãos federais a demarcação da terra. Cansados de esperar, decidimos retomar essa área colocando em arrisco a nossa própria vida". E completa, "essa data não é festa, mas, junto com os parentes e os nossos aliados, nós fazemos celebração da luta pelas conquistas e dificuldades que encontramos durante esse tempo".

Histórico da terra

O local onde foi instalada a comunidade Januária é considerado pelos indígenas como o centro do território, paragem de seus antepassados desde o século XIX. Com o tempo, as terras da região foram desapropriadas pelos "coronéis" e, posteriormente, pelos sertanejos, enquanto os indígenas foram transformados em mão-de-obra escrava no trabalho das fazendas de gado.

Foi lá, no centro do território, que no primeiro dia de retomada, mesmo sob a forte chuva que cai nesse período na região, mulheres, crianças e homens estiveram no terreiro praticando seu ritual até o amanhecer.

Durante as celebrações dos dez anos de luta, dentro da casa de reunião – cercada pelas casas da comunidade - construída com a palha da palmeira ouricuri, os povos indígenas e os visitantes ouviram das lideranças Kalankó o relato do resgate histórico da organização e da articulação indígena, suas dificuldades, as conquistas e os desafios.

O cacique Paulo Kalankó, em sua fala de abertura e de boas-vindas, destacou ser aquele espaço um lugar sagrado, onde viveram os primeiros parentes do seu povo. Em seguida, falou que os Kalankó viviam com medo de assumir sua identidade étnica, espalhando-se pelas serras e caatingas. A história dos Kalankó confunde-se com a de diversos povos do Nordeste. Até a segunda metade da década de 1990, eles eram confundidos com os sertanejos.

Atualmente o povo é formado por 338 pessoas, num total de 77 famílias organizadas nas comunidades de Quixabeira, Lajero do Coro, Gregório, Quixabeira, Santa Cruz e, agora, na de Januária.

Apesar de o povo viver com muitas dificuldades, o cacique também lembrou das conquistas que teve ao longo desse tempo, como a construção de cisternas, a rede de água canalizada e de energia elétrica, o posto de saúde e a assistência da equipe de saúde às comunidades (com exceção da última retomada). E desabafou, "tudo isso não foi fácil: sofremos

até hoje discriminação dos representantes dos órgãos públicos, dizendo que nós não somos índios. Mas com a força dos Encantados, vamos vencer e conquistar os nossos direitos, principalmente com a conquista do nosso território". Emocionado, o ambiente místico envolveu a todos no mesmo espírito.

Dando continuidade, o cacique do povo Koiupanká, José João da Silva, conhecido por Zezinho Koiupanká, destacou a importância da articulação e do apoio dos povos indígenas do sertão para o fortalecimento da organização na defesa dos direitos indígenas e na luta pela demarcação da terra.

Kalankó: do confinamento à diáspora

Os Kalankó fazem parte da etnia Pankararu do município de Brejo dos Padres, localizado entre os municípios pernambucanos de Tacaratu e Petrolândia, região do alto sertão. Confinados no período da colonização, diferentes grupos étnicos foram obrigados a conviver no mesmo espaço geográfico e cultural, onde eram submetidos à catequese e ao trabalho nas fazendas.

Ao longo dos anos, o território indígena foi invadido com a expansão da pecuária na bacia do rio São Francisco e exprimido em pequenos espaços. A este mesmo tempo, com o crescimento da população - o que aumentou a fome e os conflitos internos - ficou impossibilitada a permanência de todos os grupos no mesmo lugar. No século XIX, muitas famílias migraram em busca de novas terras para viver e trabalhar.

Os Kalankó atravessaram o Moxóto, rio que separa os estados de Pernambuco e Alagoas, ocuparam a região da caatinga até então desabitada, local onde se encontram até os dias atuais. Por cerca de dois séculos viveram no anonimato, confundindo-se com os sertanejos, com costumes semelhantes, como por exemplo as tradições católicas, vestimentas e formas de produção. Nesse período, para celebrar os rituais, os praticavam em segredo ou participavam com os Pankararu.

Afirmação étnica: um longo processo

Castigados pela opressão dos fazendeiros e pela seca que assola a região na maior parte do ano, os Kalankó tiveram, por muitas vezes, uma atitude de fragilidade e de submissão diante dos não-indígenas. De corpos magros e de estatura baixa e uma fisionomia que parenta idade superior à que se tem realmente. Antes moravam em casas de taipa cobertas de palha da palmeira ouricuri, sem água potável e sem energia elétrica.

Atualmente, a maioria vive em pequenas glebas de terras adquiridas com recursos próprios. Para produzir a alimentação, trabalham de arrendamento ou de meeiros e dividem a safra com os proprietários de terra, muitos deles dentro do seu próprio território. No verão, os homens trabalham na zona canavieira do estado.

Vendo o sofrimento e o abandono em se encontravam, o velho cacique Geripankó, Genésio Miranda, orientou-os a buscar apoio de entidades com o objetivo de cobrar assistência dos órgãos governamentais. Encorajados pelos parentes, assumiram publicamente, numa grande festa, em 25 de julho de 1978, a identidade étnica, que contou a presença de representantes de igrejas, sindicatos e dos poderes constituídos.

"A gente vivia se escondendo da sociedade, era conhecido como caboclo, mas agora ela está sabendo quem a gente é. A gente só tinha conhecimento da nossa cultura, que é o nosso Toré. Não sabia dos nossos direitos como povo indígena", contou a Kalankó Maria Aparecida da Conceição, de 30 anos. E completou dona Jardilina Kalankó: "lutamos muito para ser reconhecidos. Hoje, estamos lutando pela nossa terra".

O território Kalankó

Quando os primeiros Kalankó chegaram na terra, ocuparam a vasta planície rodeada por serras e montes, coberta por uma vegetação rasteira, onde caçavam e tiravam a alimentação necessária para a manutenção da comunidade. Com a chegada da pecuária, as matas foram devastadas e os animais desapareceram. O cacique lamenta: "com a queimada, a vegetação desapareceu".

O pajé relata com precisão os pontos onde seu avô, Francisco Higino, indicava que era a terra de seu povo: a Serra dos Campos, a Baixa da Cabra, a Salina da Cuia, o Serrotinho, a Pedra Redonda e o Batatal. E afirma: "Essa terra foi onde a maior parte da minha vida eu caçava com meu pai, tirava mel, colhia crauá, xique-xique, alantrado, feijão branco, araticum e macambira para comer".

Para os Kalankó, recuperar o território é fortalecer a cultura, os rituais e os "Encantados". Francisco Koiupanká, liderança religiosa que está apoiando a retomada, fundamenta: "Fé e Toré, Fé e Terra é a mesma coisa. O Toré é a essência do indígena". O pajé Koiupanká, Antônio Davi, alerta: "Quando o pajé bater a cabaça, todos têm que pisar com força, num mesmo sentido: agradecer a Deus e as forças dos Encantados".

Povo reivindica criação do GT

Uma semana após a retomada de 12 de junho, as lideranças Kalankó junto as de outros povos que os apóiam estiveram reunidas com o Procurador da República em Alagoas, Rodrigo Tenório, para reivindicar a criação do GT. Eles denunciaram o descaso com que são tratados pelos representantes da Funai, pois, ao longo destes dez anos, o órgão nunca prestou assistência aos povos do sertão, justificando não serem reconhecidos oficialmente.

A denúncia foi confirmada pelo administrador da Funai, que disse ter recebido "orientação da assessoria jurídica para nem visitar o povo Kalankó, muito menos prestar assistência". Disse ainda que "caso fornecesse qualquer benefício, seria punido por improbidade administrativa e teria que ressarcir os valores à Funai". Para o cacique Paulo Kalankó, "a Funai ao invés garantir os direitos indígenas, faz tudo ao contrário, como a demarcação da terra, que já faz dez anos de luta e nada foi feito". Ele denunciou que o povo está "sofrendo ameaças de alguns fazendeiros da região e nenhuma providência foi tomada".

Para o procurador, a Funai não tem o direito de negar assistência, nem a competência de decidir sobre o reconhecimento da identidade étnica dos povos, independente da demarcação da terra está realizada ou não. Comunicou que já tomou providências no que lhe compete e determinou que a presidência da Funai respondesse às demandas das comunidades indígenas, caso contrário entraria com uma ação civil pública. ■

O povo Kalankó conserva costumes dos seus antepassados como a dança do toré e a alimentação à base de vegetais da região. Na área da recente retomada, eles já começaram a fazer o roçado

LUTA, RESISTÊNCIA E DESCASO: POVOS INDÍGENAS DO

Reprodução de vídeo da UFRGS

'O Guarani': a longa distância entre o romance e a vida real

Cimi Sul
Equipe Irai

Ainda hoje, em bancos do ensino médio, professores de literatura falam da língua Tupi-Guarani e do romance de José de Alencar, 'O Guarani', escrito em 1857. Muito bonito de se ler e criar imagens ilustrativas sobre os povos indígenas!

Infelizmente, na vida real do povo Guarani não existe romance, ao contrário, há uma história de sofrimento e luta pelo *tekó-ha* (lugar físico – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios). No continente sul-americano existem, aproximadamente, 225 mil Guarani. Só no Brasil são 50 mil.

Nos municípios de Erebango e Getúlio Vargas, estado do Rio Grande do Sul, na rodovia RS-153, norte gaúcho, localiza-se a comunidade Guarani *Tekó-há, Ka'a Ty* (Mato Preto). Vivem ali nove famílias, debaixo de lona preta, sem espaço para as crianças e nem para cultivar. As crianças precisam se deslocar 12 quilômetros para freqüentar a escola, no município de Erebango, dependendo de transporte e da vontade política das autoridades locais.

As famílias sobrevivem por meio do programa Bolsa Família. Seberiano Moreira, liderança no grupo, afirmou diante do procurador da República, Pedro Roso, de Erexim, que o auxílio "chega a cada 40 dias, quando chega". Ajudam na alimentação as poucas hortaliças que conseguem cultivar nos barrancos da estrada e na horta. Para o procurador, o povo Guarani é "um povo simples, humilde, trabalhador".

Foto: Equipe Irai/Cimi Sul

Comunidade Mato Preto sofre com o descaso e a morosidade na demarcação

Luta pela terra

A comunidade indígena de Mato Preto está na luta pela retomada da terra desde 30 de setembro de 2003. Neste período foi realizado o laudo antropológico, já entregue pela antropóloga Flávia de Melo à Coordenação Geral de Identificação e Delimitação da Funai em abril de 2005. Porém, os Guarani ainda aguardam sua publicação.

Se não bastassem as necessidades, a discriminação e a precariedade enfrentadas pela comunidade, suportam ainda o descaso e a morosidade por parte dos órgãos responsáveis pelo processo demarcatório de suas terras.

Que ironia! O povo Guarani, personagem de um dos mais famosos romances nacionais, é desrespeitado em seu direito ao *tekó-há* (território tradicional) e impossibilitado de vivenciar sua cultura, tradições, religiosidade e desenvolver-se como ser humano em busca de dignidade. ■

Grupo Kaingang se mobiliza

Equipe Iraí
Cimi Sul

Foto: Equipe Irai/Cimi Sul

A comunidade Kaingang de Passo Grande da Forquilha iniciou, há quatro anos, o processo de retomada de sua terra tradicional. A comunidade é formada por 53 famílias, entre elas muitas crianças, cujo acampamento fica às margens da rodovia RS-126 (foto), que liga os municípios de Sananduva e Cacique Doble, no Rio Grande do Sul.

É um grupo bem organizado e muito determinado em lutar para defender seus direitos. A demarcação de sua terra tradicional, tomada por não indígenas há 40 anos, é a principal bandeira de luta. Apesar de inúmeras ações que reivindicam o direito à terra, a comunidade não é ouvida. O cacique Ireni Franco afirma que uma vez por semana vai à sede administrativa da Funai regional e seguidamente telefona, mas o processo demarcatório não avança.

Uma das mais recentes ações foi a ocupação da sede administrativa da Funai de Passo Fundo, no mês de junho, por 42 lideranças, seguida da interdição da rodovia RS-126, em cujas margens encontram-se acampados. Nos dois atos houve a presença da Polícia Militar, inclusive do Batalhão de Choque, com ordem de despejo dos indígenas do acampamento. O despejo foi impedido pelo Ministério Público Federal em Erexim.

A mobilização teve o objetivo de exigir da Funai a conclusão do trabalho de análise e síntese do relatório antropológico - entregue desde o início de abril deste ano - e sua posterior publicação. Após a mobilização foi agendada uma audiência entre lideranças Kaingang e o presidente da Funai em Brasília.

A audiência aconteceu no dia 10 de junho. Na oportunidade foram definidos prazos para a conclusão de etapas do procedimento demarcatório. Porém, os prazos já venceram e não foram cumpridos. Até o final de junho, a Funai deveria ter concluído o levantamento fundiário que faltava para a finalização do Relatório Antropológico e, até a primeira quinzena de julho, a apreciação e análise deste documento.

No entanto, expirados os prazos e não cumpridos os acordos, a comunidade continua sendo desrespeitada em seus direitos. O cacique Ireni informou não ter recebido nenhum comunicado sobre as razões do descumprimento dos prazos. ■

Acima, cenas da ação da PM e de funcionários da Fepagro durante despejo dos Guarani. Os indígenas sequer ultrapassaram a cerca que limita a "propriedade" da fundação

Decisão do TRF da 4ª Região determina a continuação da demarcação da terra indígena Guarani do Araça'i

Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Rio Grande do Sul determinou que o procedimento de demarcação da terra indígena Guarani do Araça'i tenha continuidade até que a ação seja julgada definitivamente. A decisão dá a possibilidade para que os índios tomem posse de áreas especificas da terra indígena Araça'i, onde não incidam títulos de ocupantes não-indígenas.

A decisão foi tomada a partir de um recurso movido pela Funai e União contra a decisão liminar concedida pelo juiz federal Narciso Baez que suspendia os efeitos da Portaria Demarcatória nº 790, de 19 de abril de 2007, assinada pelo ministro da Justiça.

A partir dessa decisão, a Funai pode continuar com o procedimento demarcatório da terra indígena Araça'i realizando o levantamento fundiário e a demarcação física da área como determina o decreto 1775/96, que regulamenta o procedimento administrativo de terras indígenas.

A terra indígena Guarani do Araça'í está localizada nos municípios catarinenses de Saudades e Cunha Porã. Em meados do século XX, os indígenas foram expulsos de suas terras por empresas colonizadoras. Desde 1998 eles reivindicam seu território tradicional. Já enfrentaram situações extremas de violência ao longo desses anos.

Desde 2001, os Guarani vivem em oito hectares da terra indígena do povo Kaingang Toldo Chimbangue II, no município de Chapecó. O reduzido espaço ocupado não permite o cultivo suficiente para garantir a alimentação na aldeia. Com isso, a dependência da assistência dos órgãos governamentais é acentuada.

Um relatório antropológico, publicado em outubro de 2005, identificou e delimitou 2.721 hectares como sendo tradicional do povo Guarani. Desde então a comunidade aguarda com ansiedade o retorno para as terras ancestralmente ocupadas e que os Guarani consideram fundamental para sua sobrevivência física e cultural. ■ *(Clarissa Tavares)*

Foto: Cimi Sul

Famílias do povo Guarani sofrem repressão da Polícia Militar do RS durante despejo

Clarissa Tavares
Editora do Porantim

Quatro famílias do povo Guarani sofreram, no dia 1º de julho, forte repressão da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, no município de Eldorado do Sul, próximo a Guaíba, na grande Porto Alegre. Desde o dia primeiro de junho, as famílias iniciaram uma ocupação acampando nas margens de uma estrada próxima às terras que reivindicam como de ocupação tradicional e que se encontram em posse do estado do Rio Grande do Sul.

Ao lado da estrada onde as famílias acamparam situa-se a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), que ajuizou uma Ação de Reintegração de Posse da área, no dia 26 de junho, alegando que os Guarani estariam ocupando terras de propriedade da fundação. Porém, as quatro famílias não chegaram a ultrapassar a cerca que dá acesso à área da Fepagro.

A Ação foi proposta na Comarca de Eldorado do Sul e no mesmo dia a juíza Luciane Di Domenico deferiu a medida liminar de reintegração de posse sem ouvir a parte contrária, os indígenas. Na segunda-feira (30 de junho) foi expedido o mandado de reintegração de posse e no dia seguinte os Guarani receberam o mandado do oficial de justiça que foi ao local acompanhado da Brigada Militar fortemente armada.

Segundo a liderança Guarani Santiago Franco, um numeroso contingente de policiais, viaturas e camburões foi enviado até o local para retirá-los de lá. As quatro famílias, formadas na maioria por mulheres e crianças, ficaram bastante assustadas. Os policiais investiram para cima do pequeno acampamento com violência. Chegaram a algemar Santiago. "Perguntei se não dava pra chamar a Funai pra conversar com a gente e eles disseram: a gente não veio pra conversar com ninguém, mas pra cumprir a ordem da juíza", relatou.

O Cimi considerou a decisão da juíza descabida, pois é dever da União decidir sobre direitos indígenas, conforme determina a Constituição Federal. Além disso, o objeto da liminar era inexistente, na medida em que os indígenas não transpuseram as cercas que limitam a "propriedade da fundação"; eles não eram do povo Kainganag (como dizia a Ação) e sim Guarani; a Funai e o Ministério Público Federal não foram avisados e não acompanharam o despejo.

Violência documentada

Pesquisadores do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIT/UFRGS) documentaram em vídeo a ação de despejo. Nele aparecem funcionários terceirizados a serviço da Fepagro destruindo os barracos dos indígenas. Ao serem indagados pelo cinegrafista sobre as razões por que estariam avançando sobre as moradias, nem policiais, nem o diretor local da Fepagro, nem o oficial de justiça disseram ser responsáveis. O oficial disse estar apenas entregando o mandato de reintegração expedido pela juíza Di Domenico. Os policiais disseram estar ali para dar apoio ao oficial, e o diretor da Fepagro não quis se pronunciar.

As entidades indígenas Comissão Nacional de Terra Guarani Ywy Rupa, Comissão de Terra Guarani do Rio Grande do Sul, Comissão Guarani Catarinense Nhemonguetá e o Cacique Geral Mbyá-Guarani Mburuvitxa Tenondé do RS publicaram documento no dia seguinte (2/7) denunciando o que chamam de "injustificáveis erros do Estado do Rio Grande do Sul".

O documento foi encaminhado para as Comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e do Senado, assim como para a Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas (OEA). ■

A mobilização da mentira

Forças antiindígenas se articulam para impedir a implementação dos GTs

Egon D. Heck
Cimi MS

"Já os índios não produzem nada, isso quer dizer que perderemos uma área que pode atingir até 13 milhões de hectares, segundo o mapa que mostra as áreas que serão demarcadas. Isso inviabiliza o estado. Vamos criar dentro dele uma área chamada Guarani-Caiuá. Não é mais Mato Grosso do Sul e não pertence mais ao Brasil"

Normann Kalmus
Economista em "Correio do Estado" 28/07/08

Os grupos de trabalho realizarão a identificação de 36 terras indígenas em áreas invadidas por fazendeiros. Nestes locais, as populações indígenas vivem em situação de miséria e em constantes conflitos com os invasores

É estarrecedor o bombardeio de mentiras e preconceitos com que o poder político e econômico regional procura jogar a população contra os povos indígenas. Falar que serão destinados 13 milhões de hectares - as mais férteis do mundo, é transformar Mato Grosso do Sul numa grande área indígena inviabilizando o estado e sua a economia, dizer que essas terras não mais serão do Brasil, tudo isso configura uma intencionalidade criminosa e genocida contra os povos indígenas e a Constituição brasileira.

Fui a Dourados para sentir de perto a animosidade antiindígena. Os meios de comunicação regionais e locais estampavam manchetes convocando a população para uma cruzada contra os Grupos de Identificação das Terras Indígenas Kiaowá Guarani. Editoriais afirmam que "os setores organizados têm a obrigação de mobilizar forças contra esta aventura da Funai, da mesma forma como o governo do estado precisa colocar toda sua estrutura jurídica e, principalmente, política para barrar as portarias". ("O Progresso", 29/7/08)

Nesta mesma matéria, o jornal afirma que o estado vai entrar com uma ação contra as portarias. Além disso, os jornais falam das demais iniciativas, como abaixo-assinados e ações judiciais contra as portarias, por parte dos municípios.

Já o jornal "O Estado", publicou na capa uma charge que expressa a violência, o preconceito e o ódio que está sendo estimulado contra os povos indígenas e seus direitos à terra e à vida. Também já foi noticiada a contratação de seis advogados dos principais escritórios de Campo Grande, para trabalharem nessas ações contra os GTs, o TAC e o processo de demarcação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul.

No entanto, resistindo às forças econômicas e políticas contrárias – que tentam mobilizar a opinião pública com o apoio dos meios de comunicação locai e regionais - já estão na região os membros dos Grupos de Trabalho.

Na Jeroki Guasu (Grande Encontro de Caciques/Nhanderu/Rezadores) os Guarani Kaiowá estão definindo suas estratégias de apoio e acompanhamento dos trabalhos, juntamente com o Ministério Público e demais aliados. Será um momento de muita emoção para os povos indígenas do Mato Grosso do Sul, pois, com mais de duas décadas de atraso, estará sendo liquidada esta dívida histórica que custou tanto sangue, tantas vidas, tantos sofrimentos a esse povo.

Espera-se, apenas, que os trabalhos possam ser realizados dentro do cronograma previsto, conforme as determinações constitucionais. ■

Fotos: Egon Heck

Povo Guarani lança abaixo-assinado contra genocídio

O abaixo-assinado é um protesto ao genocídio praticado contra seu povo, decorrente, principalmente, da invasão de suas terras tradicionais e a conseqüente indisponibilidade destas para a sobrevivência das comunidades Guarani

O documento solicita o cumprimento do acordo que estabelece a criação de Grupos de Trabalho para a identificação de 36 terras indígenas. Ele foi lançado durante o Jeroki Guasu (Assembléia Ritualística) do povo Guarani, realizado de 31 de julho a 2 de agosto, na aldeia Limão Verde, no Mato Grosso do Sul.

As assinaturas serão encaminhadas diretamente ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com cópias para o presidente da Funai, Márcio Meira, e o ministro da Justiça, Tarso Genro.

Assine o documento acessando a página eletrônica do Cimi: www.cimi.org.br

ABAIXO-ASSINADO

Pela terra e vida do povo Kaiowá Guarani, basta de genocídio!

Mais de uma centena de vidas Kaiowá Guarani são sacrificadas anualmente neste início de milênio, no estado de Mato Grosso do Sul. É a voracidade da monocultura do agronegócio estimulada pela omissão do governo federal em demarcar as terras indígenas; a impunidade dos assassinos dos índios e a prisão dos que lutam pelos direitos de seu povo; as paralisações dos procedimentos de demarcação por ações judiciais e pela intervenção contínua dos poderes Legislativo e Executivo do estado e dos municípios.

Como conseqüência disso, temos um quadro de violência e mortes que caracterizam uma situação de genocídio. São dezenas de assassinatos, mortes por desnutrição, atropelamentos, suicídios e uma situação de escassez econômica que inviabiliza seus projetos de vida e de futuro. Atualmente, mais de 100 indígenas Kaiowá Guarani estão nas prisões do estado.

A principal causa desta realidade dramática é indiscutivelmente a falta de terra. O confinamento, que teve início no século passado e chega hoje ao extremo, com mais de 40 mil Kaiowá Guarani vivendo em aproximadamente 20 mil hectares de terra, tem gerado a pior situação do Brasil em termos de negação de direitos humanos fundamentais.

Através de uma força tarefa articulada pelo Ministério Público Federal, junto às comunidades Kaiowá Guarani, foi estabelecido um Termo de Ajustamento de Conduta, firmado pelo atual presidente da Funai, Procuradoria da República de Dourados e Ponta Porã e lideranças indígenas, em novembro de 2007. De acordo com esse termo, 36 terras indígenas Kaiowá Guarani deveriam ser identificadas através da implementação de Grupos de Trabalho.

No entanto, os prazos se esgotaram e até o momento nada foi realizado pela Funai. Por esta razão, o povo Kaiowá Guarani solicita seu apoio, através desse abaixo-assinado, para a urgente identificação e demarcação de suas terras em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta, à Constituição Federal em consonância com a Convenção 169 da OIT e a Declaração dos Direitos Indígenas da ONU.

CAMPANHA KAIOWÁ GUARANI
MOVIMENTO "POVO GUARANI UM GRANDE POVO!"

II Encontro de Mulheres Pataxó reafirma luta pela demarcação do Monte Pascoal

As indígenas somaram forças com mulheres de outros movimentos para reforçar a resistência à invasão de suas terras

Foto: Equipe Extremo Sul/Cimi Leste

Um dos eixos temáticos do encontro foi a aliança com outros segmentos em torno das lutas comuns

Cimi Leste
Equipe Extremo Sul/BA

Reunidas entre os dias 9 e 11 de julho em Itamaraju, extremo sul da Bahia, 40 mulheres indígenas, guerreiras da Frente de Resistência e Luta Pataxó fizeram uma profunda avaliação da situação das aldeias na região, analisando de modo especial o processo administrativo da Funai para a demarcação do território tradicional Pataxó.

As mulheres indígenas refletiram também sobre a situação de descaso e omissão a que estão submetidas as aldeias, no que se refere à assistência nas áreas de saúde e educação. Fruto dos debates e das propostas, elas lançaram um Documento Final em que expõem a problemática e solicitam providencias ao poder público e às autoridades responsáveis pela política indigenista.

Um dos eixos temáticos do encontro foi a aliança com outros segmentos em torno das lutas comuns. O painel "Experiências das mulheres na garantia dos direitos" contou com a participação de mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Quilombos, além da representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme).

As discussões serviram para estreitar os laços de alianças entre as mulheres dos três movimentos sociais e definirem pauta conjunta de lutas, de resistência e enfrentamento ao perverso modelo econômico, que tem como um de seus expoentes o agronegócio e sua face de fome e miséria no campo e na cidade.

As mulheres Pataxó reclamaram da morosidade na demarcação de suas terras e na negociação que a Funai vem fazendo com os fazendeiros e a empresa Veracel Celulose para proteger áreas que supostamente estariam fora da delimitação do território a que o povo Pataxó tem direito. ■

MST sofre criminalização por parte do MP

Conselho Superior do MPE-RS determina a proibição de ações do movimento como marchas e caminhadas

Foto: Via Campesina

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem sofrendo um processo de criminalização por parte do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPE-RS) e do Ministério Público Federal (MPF)

Nos últimos dois anos, despejos de áreas cedidas, proibição de qualquer deslocamento de famílias acampadas, uso da violência para dispersar mobilizações, criminalização de lideranças e de movimentos sociais, tem sido a estratégia do MPE e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul para dissolver o MST. As denúncias vieram à tona com o conhecimento de uma ata do Conselho Superior do MPE gaúcho.

Em 3 de dezembro de 2007, o Conselho aprovou o relatório dos promotores Luciano de Faria Brasil e Fábio Roque Sbardelotto, que investigaram o MST por um ano. O relatório utiliza textos do sociólogo Zander Navarro e do filósofo Denis Rosenfield, notórios opositores do movimento, e outro relatório da Brigada Militar, assinado pelo comandante Waldir João Reis Cerutti, ex-candidato a deputado estadual pelo PP. Segundo os promotores, o MST é uma organização paramilitar, treinado pelas FARCs e que ameaça a segurança nacional. Por unanimidade, o Conselho do MP gaúcho decide iniciar uma série de medidas para "dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade".

Para isso, o Conselho Superior do MPE determina a proibição de qualquer deslocamento de sem-terra, como marchas ou caminhadas; investigar acampamentos e lideranças por "práticas criminosas"; investigar assentamentos e o uso de verbas públicas; intervir nas escolas de assentamentos, inclusive no "aspecto pedagógico"; "desativar" todos os acampamentos.

Pressionado, o MPE recuou. Mas, foi com base no relatório do MP gaúcho que o Ministério Público Federal em Carazinho (RS), acusa oito trabalhadores rurais de crimes contra a Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983), que define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, sob a ótica de repressão do regime militar.

O jurista e professor titular aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Fábio Konder Comparato, classificou como "delírio" o enquadramento de integrantes do MST na lei de segurança nacional. "Mas é um delírio com objetivo claro de defender a indústria de papel do RS", denuncia. Comparato critica o fato de se tentar julgar o MST por ameaçar a integridade territorial do país, enquanto "12 quilômetros quadrados de terra são adquiridos por estrangeiros todos os dias. Alguma autoridade pública levantou isso?", questiona.

Para Comparato, o episódio evidencia que Ministério Público está se guiando por uma ideologia que privilegia a superposição da propriedade sobre a vida das pessoas.

De acordo com o advogado do MST, Aton Fon Filho, o movimento tem sido vítima de uma articulação "que tenta nos colocar como foras da lei e criminaliza as ocupações de terra como sendo atos de terrorismo. A mídia também tem publicado calúnias a nosso respeito", critica. O advogado faz um alerta: "O Ministério Público não pode estar a serviço de partidos políticos, mas parece que é isso que está acontecendo no RS". ■

Com informações do jornal Brasil de Fato

Foto: Markus Breuss

Foto: Nivea Dias

Foto: Markus Breuss

Maxakali, história de resistência no Vale do Mucuri

Apesar de terem sido expulsos de seus territórios tradicionais por invasores, povo mantêm rituais sagrados

Felipe Almeida
Biólogo

O povo Maxakali ocupava originalmente um vasto território que se estendia pelos vales do Mucuri e do Jequitinhonha no nordeste de Minas Gerais, no extremo-sul da Bahia e parte do Espírito-Santo.

De natureza semi-nômade, caçadora e coletora, esse povo, auto-denominado Tikmũ'ũn ("nós humanos") convivia nesse território com uma grande variedade de parentes, que variavam entre aliados como os Pataxó, e inimigos como os Borun (Botocudos), que deram origem ao povo Krenak.

O avanço da colonização européia pelo litoral do Brasil implicou na fuga de alguns povos para o interior e no confinamento territorial. Isso fez com que as guerras entre os povos indígenas aumentassem pelo controle de pequenos espaços de terra. Assim, a história de colonização do Vale do Mucuri, já no século XIX, confunde-se com a das guerras dos Maxakali contra os Botocudos, dos aldeamentos indígenas, das alianças entre povos e dos massacres.

A política de colonização do Vale do Mucuri não diferiu muito da aplicada ao resto do país, concentrando-se inicialmente em duas frentes: combate aos indígenas e ocupação das terras "livres" com colonos. Uma segunda fase vem com o "amansamento", os aldeamentos dos Capuchinhos, a "integração" e o confinamento dos indígenas. Nesse molde foram fundadas muitas das cidades da região, constituídas por uma população com profundas raízes indígenas, mas ensinada a ter vergonha de suas origens.

Resistência Maxakali

No início do século XX, vários povos indígenas foram considerados extintos no Vale do Mucuri, restando apenas o Maxakali, que foi reduzido a um grupo de 59 pessoas, sem o direito às suas terras originárias e assistindo a um processo crescente de invasão dos seus territórios.

Porém, o povo Maxakali é resistente e, além de conseguir se recuperar demograficamente, prosseguiu na luta pela demarcação de suas terras. Nos anos de 1940 e 1950 obtiveram duas áreas demarcadas, mas que ainda eram insuficientes para o povo e divididas por terras de fazendeiros invasores.

Em 1999, os Maxakali, após muita luta, conseguiram a reunificação do seu território. Porém, um conflito interno ocorrido em 2005 provou que o território ainda não era suficiente. O resultado do episódio foi a realocação de dois grupos familiares em outros municípios do Vale do Mucuri pela Funai.

Após um ano sofrendo em acampamentos no município de Campanário (MG), um dos grupos foi deslocado para uma área comprada pela Funai, no município de Ladainha (MG), no início de 2007, configurando a "Aldeia Verde". O outro grupo ficou um tempo nas terras dos parentes Krenak e em 2007 voltou a acampar em Campanário. No final do ano, foi deslocado para uma propriedade adquirida pela Funai, no município de Teófilo Otoni (MG). Assim, inicia-se uma nova ocupação territorial dos Maxakali em Minas Gerais.

Novas ocupações territoriais

A "Aldeia Verde" possui cerca de 250 pessoas, em uma área de 520 hectares. Apesar do alívio inicial após chegarem à nova área, hoje os Maxakali percebem que o território não será suficiente para sua auto-sustentação devido à topografia e a falta de espaço para a distribuição das aldeias e roças familiares. Porém, isso não enfraquece a luta do povo, que continua realizando seus rituais religiosos que fortalecem sempre o modo de vida Maxakali.

A "Aldeia Cachoeirinha", nome dado pelos indígenas ao território localizado em Teófilo Otoni, tem 64 pessoas, em uma área de 640 hectares. Como a chegada a essa região é recente, os Maxakali ainda buscam a melhor maneira de ocupar o território. O grupo reivindica um atendimento regular da Funai e Funasa, além de condições para manter sua auto-sustentação.

Hoje a população total dos Maxakali está em torno de 1.500 pessoas distribuídas entre as aldeias maiores de "Água Boa" e "Pradinho", em Santa Helena de Minas e Bertópolis, e as outras duas novas "Aldeia Verde" e "Cachoeirinha", configurando quatro aldeias, em quatro municípios do Vale. Dessa maneira, o povo vem mostrando que apesar da história de massacres pela qual passou, sua resistência é mais forte. ■

Existem mais de dez grupos rituais, cada um com seus cantos específicos, seu ciclo e simbolismo próprio. Ao lado, indígena se prepara para participar de um ritual

Os Ciclos Rituais Maxakali

O povo Maxakali é, segundo alguns autores, do tronco lingüístico Macro-Jê, da família Maxakali. Tradicionalmente caçadores e coletores, eles cultivam pequenas roças e atribuem um grande valor às matas, a morada dos "yãmiy" (espíritos que estão presentes nos rituais religiosos).

São vários os ciclos rituais que ocorrem durante todo o ano e que se relacionam às várias dimensões da vida Maxakali: à caça, ao plantio, aos conflitos, à iniciação dos jovens. O período dos rituais é ocasião de paz e alegria, quando há uma grande distribuição de alimentos, principalmente de caça, quando é encontrada.

Os Maxakali possuem um grande número de espécies de espíritos cantores, sendo que cada um possui um canto próprio. Cada qual está relacionado a um ciclo ritual específico e a uma dimensão da realidade. Quando voltam à terra, os espíritos sempre ficam na casa de religião e dançam em volta do mĩmãnãp, uma espécie de mastro, pintado pelos Maxakali, fincado próximo à casa de religião.

Existem mais de dez grupos rituais, cada um com seus cantos específicos, seu ciclo e seu próprio simbolismo. Abaixo estão alguns deles:

Mõgmõka xop – 'gavião'. Possui duas épocas para a realização do seu ciclo cerimonial. Entre setembro/outubro ou em janeiro/fevereiro. Mõgmõka é grande caçador e oferece carne cozida às mulheres e crianças.

Foto: Hilton Viotti

Putuxop – 'pássaros da família dos periquitos e araras'. Geralmente chegam em março/abril, época do plantio do milho. É também grande caçador, principalmente de onças. Na sua partida é oferecido um grande banquete a todos os seus aliados.

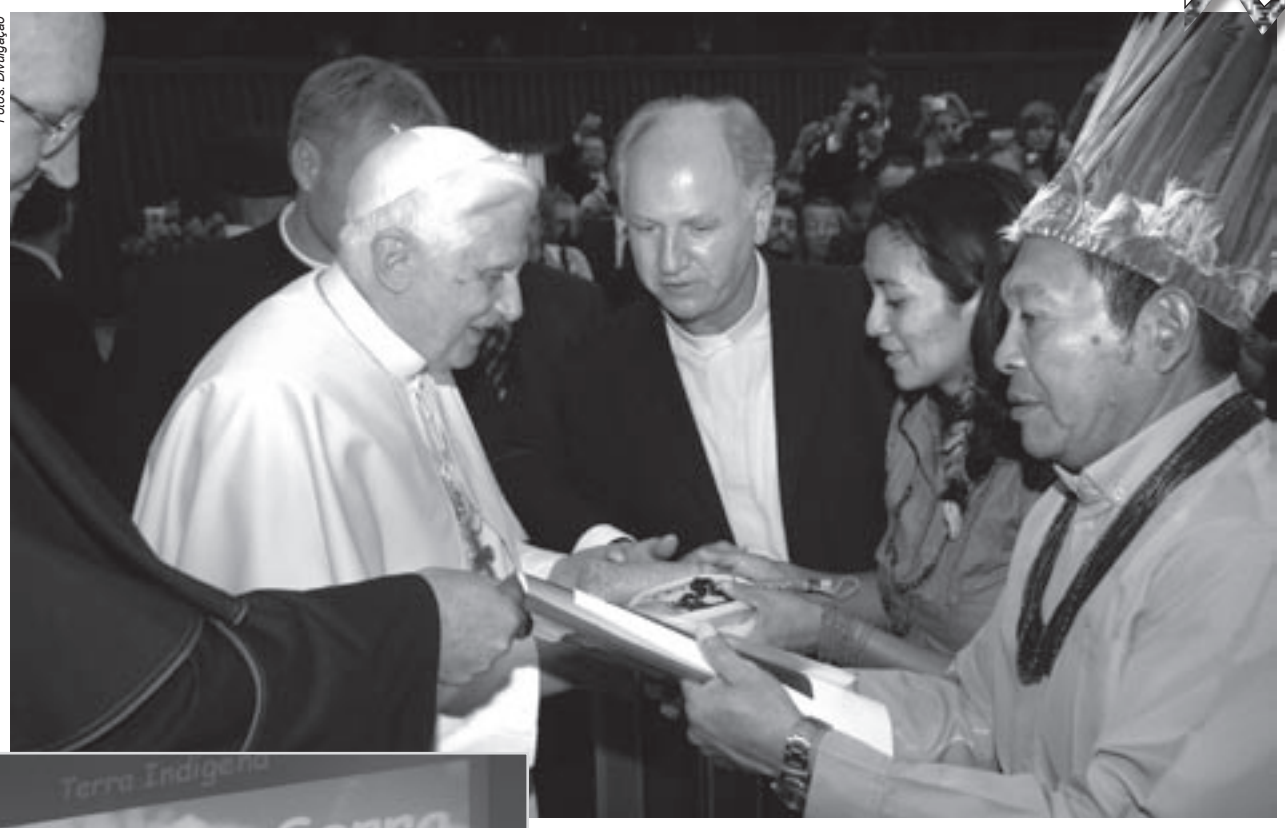
Xunĩm xop – 'morcego'. Não é caçador. Está relacionado à colheita da banana. Pode vir em qualquer época do ano.

Komãyxop – 'grupo de Maxakali que se separam dos demais'. Os Maxakali traduzem o termo como comadre e compadre. Estes yãmiy vêm para trocar presentes com os Maxakali, em qualquer mês.

Indígenas de Raposa Serra do Sol encontram o Papa

O Pontífice afirmou aos representantes indígenas que fará o possível para proteger as suas terras

Fotos: Divulgação



Jacir Makuxi e Pierlangela Wapixana participaram de uma jornada pela Europa, a fim de buscar apoio para a preservação do território indígena

Dois representantes dos povos indígenas Macuxi e Wapixana da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, Jacir José de Souza e Pierangela Nascimento da Cunha, estiveram com o papa Bento XVI, dia dois de julho, na Cidade do Vaticano. Eles lhe entregaram um manifesto contendo as razões pelas quais solicitam apoio na luta por seu território. "Faremos todo o possível para ajudar vocês a protegerem suas terras", afirmou Bento XVI.

Jacir e Pierangela estiveram em jornada pela Europa pedindo apoio contra os ataques dos arrozeiros a suas terras. Jacir, de 61 anos, e Pierlangela, de 32, foram nomeados pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) como representantes de seus povos.

Eles visitaram Londres, Paris, Madri, Bruxelas, Milão e Lisboa para lançar a campanha internacional "Anna Pata, Anna Yan" (Nossa Terra, Nossa Mãe), que busca o apoio de governos, organizações não-governamentais e da sociedade civil para suas exigências.

Na Espanha, Jacir e Pierlângela participaram da Exposição Internacional da Água em Saragossa, onde puderam falar sobre a problemática vivida atualmente em Raposa Serra do Sol e as conseqüências para as fontes naturais de água. Destacaram a poluição dos rios causada pelo uso de agrotóxicos nos campos de arroz ou pelo uso de mercúrio nas áreas de garimpo. Mostraram fotos de desvios de rios nas áreas de ocupação dos empresários do arroz e o aterramento de lagos e leitos naturais. Mostraram também no mapa a cachoeira de Tamanduá, no coração da Raposa Serra do Sol, onde há planos do governo estadual de Roraima de construir uma hidrelétrica.

Em Londres, reuniram-se com parlamentares britânicos e com funcionários da Chancelaria. Em Paris, as lideranças indígenas obtiveram o suporte de um dos ícones da esquerda mundial, Danielle Mitterrand. A ex-primeira-dama da França defendeu a causa dos indígenas no Brasil.

Danielle Mitterrand mostrou conhecimento sobre a situação indígena na América Latina e pediu providências das autoridades e mobilização das ONGs. "É algo que infelizmente acontece no mundo todo. O direito dos índios brasileiros existe e está assegurado na Constituição de 1988. Esses índios estão em suas terras, as quais habitam há muito tempo, e já tiveram seu direito reconhecido", destacou.

Por todos os lugares onde passaram, explicaram que Raposa Serra do Sol, situada na fronteira com a Guiana e a Venezuela, "tem sido submetida há anos a invasões de fazendeiros do sul do Brasil, que ocupam grandes extensões de terra para plantar arroz e que saqueiam e até mesmo matam membros das suas comunidades".

A terra indígena Raposa Terra do Sol, de 1,6 milhão de hectares, foi homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, após 30 anos de reivindicações dos quase 19 mil indígenas Macuxi, Wapixana, Ingaricó, Taurepangue e Patamona, mas vários arrozeiros continuam a ocupar grandes áreas do local.

Em agosto o Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF) deve decidir se a homologação da terra indígena permanece como está, ou será modificada para atender aos interesses dos arrozeiros. ■

Com informações da Radio Vaticana

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO
Agência: 606-8 – Conta Corrente: 144.473-5
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: **R$ 40,00** | *Ass. de apoio: **R$ 60,00** | América Latina: **US$ 40,00** | Outros países: **US$ 60,00**

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

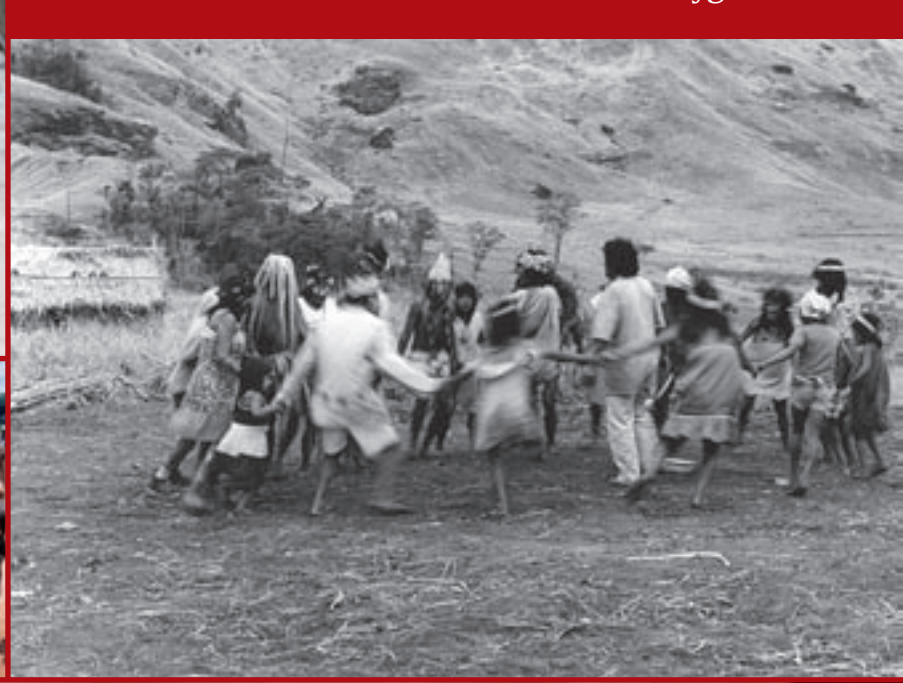
Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

A RESISTÊNCIA

Séculos passaram-se,
nunca a resistência.
Décadas passaram-se,
nunca a intransigência.
Passou-se muito tempo,
e o índio vive e convive
com seu flexível e orgulhoso
argumento de saber sua História.

Nessa grande trajetória,
de galhos cortados,
de troncos cortados,
de redimidos unidos,
com o nobre orgulho
de ainda terem as raízes
e jamais serem vencidos.

Nando Potyguara



APOIADORES
caritas
HORIZONT 3000
UNIÃO EUROPÉIA
PORANTIM